



# AMAERJ em defesa da magistratura

## CONTRA A VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

Juizado dos Grandes Eventos monta estrutura para evitar conflitos entre torcedores

p.20

## GESTÃO NA CORREGEDORIA

Corregedor Claudio de Mello Tavares combate a morosidade processual

p.28

## RAYMUNDO FAORO NA PGE-RJ

Acervo do jurista e imortal está disponível para consultas

p.34



# ESTIMADOS,

**A**ntes de tudo, gostaria de dar os parabéns aos magistrados do Rio de Janeiro, que, mais uma vez – pelo oitavo ano seguido! – ficam em primeiro lugar no ranking de produtividade no Brasil. É um orgulho atuar pela AMAERJ.

Estamos nos encaminhando para o fim de 2017, ano difícil e de batalhas para a magistratura. Tivemos êxito em muitas delas, mas ainda enfrentamos desafios impostos pela crise político-financeira do país e do Rio e seguimos ameaçados por projetos que pretendem esvaziar o Judiciário.

Ao lado do Tribunal de Justiça, continuamos em nosso esforço mensal no Rio e em Brasília para receber vencimentos. Pela primeira vez, a presidente da AMAERJ ou sua suplente estiveram presentes em todas as reuniões do Conselho de Administração do Rioprevidência, órgão em situação caótica que contribuiu fortemente para a crise do Estado. Não descuidamos dos aposentados e de pensionistas.

Em Brasília, o Extrateto quase foi votado na Câmara dos Deputados às escuras em agosto. Junto com a AMB, nos articulamos e ganhamos tempo até setembro. A crise política se encarregou de retirar o tema das prioridades da pauta. Com jeito e esforço, nestes 20 meses, reabrimos o diálogo e conquistamos aliados no Legislativo com quem temos podido contar e abrir um diálogo franco, para explicar nossas visões e direitos e corrigir

ideias equivocadas. Vou constantemente ao STF, ao STJ e ao CNJ, conversar sobre temas importantes para a categoria. Tudo isso é trabalho de “corpo a corpo”, desgastante e exaustivo, mas fundamental para neutralizar as investidas contra a categoria.

Lutamos contra o rezoneamento eleitoral proposto pelo Tribunal Superior Eleitoral. Expusemos os erros em reuniões fechadas no Judiciário, a parlamentares e em artigo publicado no jornal O Globo. Recebemos o valioso apoio dos deputados estaduais, que encaminharam ao TSE um manifesto de repúdio ao modo como o rezoneamento seria implantado no Rio. Em um trabalho brilhante, a presidente do TRE-RJ, Jacqueline Montenegro conseguiu, junto ao TSE, reduzir em 30% os cortes que ocorreriam no Rio.

Temos feito notas de apoio a magistrados e teremos em novembro o Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, uma joia de nossa entidade que homenageia trabalhos exemplares de cidadania. A AMAERJ não para e conta com a sua participação. Juntos somos mais fortes.

  
**Renata Gil de Alcântara Videira**  
**PRESIDENTE DA AMAERJ**

# Caro leitor,

Os últimos meses têm sido de tensão. O presidente da República, Michel Temer, permanece ameaçado por investigações da Operação Lava-Jato. Ganhou sobrevida quando a Câmara dos Deputados rejeitou sua cassação por 263 a 227 votos em agosto, após a denúncia por corrupção passiva do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Antes de deixar o cargo, porém, Janot denunciou novamente Temer e alguns de seus ministros e mais próximos aliados no PMDB. A popularidade do presidente despencou a 5%, patamar semelhante ao de José Sarney (PMDB) em seus piores momentos e inferior ao da antecessora, Dilma Rousseff (PT).

No Rio de Janeiro, a violência que já explodira teve um pico de descontrole total na Rocinha, em setembro, quando traficantes entraram em guerra pelo controle da região – que ainda tem UPP, ao menos no papel. Em bandos armados de fuzis, trocaram tiros por cinco dias, causando pânico na favela, até a chegada das tropas das Forças Armadas, a pedido do governador, Luiz Fernando Pezão. As zonas sul e norte foram diretamente impactadas, com o fechamento de escolas e postos de saúde e fuga de criminosos pela Floresta da Tijuca, com tiroteios em diferentes partes do Rio. O coronel PM da reserva e antropólogo Robson Rodrigues, ex-comandante do Comando de Polícia Pacificadora e ex-chefe do Estado-Maior da PM, explica no ARTIGO (pg. 25) os motivos que provocaram a mudança da relativa estabilidade ao caos de hoje – após evolução dos índices de criminalidade violenta de 2008 a 2015. Em meio à crise, advogados de traficantes em presídios federais sugeriram um “acordo” inconstitucional para garantir a volta ao Estado de líderes condenados em troca de paz. A AMAERJ e os juízes do Rio se manifestaram firmemente contra.

Com o Congresso mobilizado pelas denúncias da Lava-Jato, alguns projetos de lei e de emenda constitucional que ameaçam a magistratura perderam a velocidade, embora a ameaça ainda seja latente. A presidente da AMAERJ, Renata Gil, não descuidou de Brasília, aonde vai semanalmente para tratar de assuntos de interesse da categoria. Na matéria de CAPA (pg. 10), contamos como é esse dia a dia da política de classe.

Nesta edição da **FÓRUM**, revelamos ainda, em reportagem de fôlego, o trabalho dos juízes do Juizado do Torcedor nos estádios e no combate a criminosos de torcidas organizadas (pg. 20). Mostramos o sucesso do 6º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli, que recebeu 224 inscrições e terá como homenageada Hors-Concours Raquel Dodge, a primeira mulher a ser nomeada procuradora-geral da República.

Na Entrevista, o corregedor-geral da Justiça, Claudio de Mello Tavares, detalha seu trabalho à frente do órgão. Para ele, “Justiça lenta não é Justiça”. Na área de Cultura, descobrimos a Biblioteca Raymundo Faoro, na sede da Procuradoria Geral do Estado, muito próxima ao Tribunal de Justiça. Para quem está disposto a ir um pouco mais longe, sugerimos uma viagem agradável, com direito a deliciosos vinhos, a Portugal, na seção Turismo.

Ótima leitura! ■



Exército participou de operações na Rocinha

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRESIDENTE

Renata Gil

#### 1º VICE-PRESIDENTE

André Gustavo Correa de Andrade

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alberto Pereira

#### SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Alfredo Carvalho Junior

#### 1ª SECRETÁRIA

Rita de Cássia Vergette Correia

#### 2ª SECRETÁRIA

Eunice Bitencourt Haddad

#### 1ª TESOUREIRA

Alessandra de Araújo

Bilac Moreira Pinto

#### 2ª TESOUREIRA

Simone de Araujo Rolim

### FÓRUM AMAERJ

#### EDITOR

Raphael Gomide

#### REDAÇÃO

Raphael Gomide, Diego Carvalho, Pedro Marques, Thaise Constancio e Sergio Torres

#### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréa Miranda

#### DESIGN

Wallace Ferreira (estagiário)

#### CONTATO

revista@amaerj.org.br

#### IMPRESSÃO

Gráfica Mec

#### TIRAGEM

2.000 exemplares

#### SEDE DA AMAERJ

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |  
CEP 20010-090  
Tel.: (21) 3133-2315

**3 MENSAGEM DA PRESIDENTE**

**4 CARTA DO EDITOR**

**6 PALAVRAS AO VENTO**

**8 IMAGEM DA FÓRUM**

**10 CAPA**

*Trabalho da AMAERJ no Congresso Nacional*

**14 AMAERJ EM MOVIMENTO**

**16 DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA**

*AMAERJ premia em novembro iniciativas pelos direitos humanos*



**33 CARIOCANDO**

**34** » Cultura  
*Acervo do jurista Raymundo Faoro*

**37** » Esporte  
*Juízes são campeões no futebol*

**36** » Turismo  
*Vinícola portuguesa*

**38** » Estante  
*Sugestões de ótimos livros*

**20 COMBATE À VIOLÊNCIA**  
*Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos*

**28 ENTREVISTA**  
*Corregedor-geral da Justiça, Claudio de Mello Tavares*

**25 ARTIGO**  
por **ROBSON RODRIGUES**



**26 BRASIL PELA PAZ**  
*Niterói recebe lançamento de campanha do CNJ*



“Sou muito grata a cada um dos juizes, que demonstram um grau de humanidade que honraria o Judiciário de qualquer lugar do mundo.”

**Cármem Lúcia**, presidente do STF, no lançamento da 8ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

“OS JUIZADOS DO RIO SÃO DESTACADAMENTE OS MELHORES DO BRASIL. É UM SISTEMA DE GRANDE EFETIVIDADE.”

**Antonio Saldanha**, ministro do STJ, no 12º Encontro de Juizes dos Juizados Especiais e Turmas Recursais do TJ-RJ

“Vazamentos seletivos não caem do céu, são fruto de um jogo de interesses, de uma operação muito bem articulada.”


**Domingos Meirelles**, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa)

“A corrupção faz perder o pudor que protege a verdade, a bondade e a beleza.”

**Raquel Dodge**, procuradora-geral da República, em sua posse



**“ Não há benefícios para a sociedade na decisão do TSE. A medida ameaça perigosamente o exercício da soberania popular. ”**

  
**Renata Gil**, presidente da AMAERJ, sobre o rezoneamento eleitoral, em artigo no jornal O Globo

**“ Mãe, não aguento mais morar aqui em Manguinhos. Todo dia essa guerra, todo dia gente morrendo. ”**

  
**Menina de 10 anos**, acuada em casa durante tiroteio, em áudio enviado para a mãe

**“ A taxa de congestionamento permanece em altos patamares. Isso não significa que os juízes brasileiros produzem pouco. Pelo contrário, o Índice de Produtividade dos Magistrados foi de 1.749 processos, mais de sete processos ao dia. ”**

  
**Relatório Justiça em Números 2017**, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

**“ O RACISMO É CRIME E EU ESTOU AQUI PARA LUTAR E DAR VOZ CONTRA ELE. ”**

  
**Monalysa Alcântara**, Miss Brasil 2017, alvo de ataques racistas ao final do concurso



**“ Os avanços mais importantes do combate à corrupção nos últimos anos partiram do Judiciário, não do Congresso. ”**

**Deltan Dallagnol**, procurador da República no Paraná e coordenador da força-tarefa da Lava-Jato



## IMAGEM DA FÓRUM

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, participou de audiência pública sobre o rezonamento eleitoral na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. A determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi duramente criticada por operadores do Direito e parlamentares



CONAMA  
Nenhuma  
Zona Eleitoral  
a menos

Dep. Wadih Damous  
Autor do Requerimento

Norma Angélica  
Presidente - CC





# O DIA A DIA DO TRABALHO PELA

Conheça mais de perto os desafios da presidente da AMAERJ, Renata Gil, em defesa da classe

por

**RAPHAEL GOMIDE**

Às 5h40 de terça-feira, 28 de agosto, Renata Gil despertou no quarto de um hotel em São Paulo, onde participara na véspera de uma reunião com a cúpula do Tribunal de Justiça paulista e parlamentares do Estado. Às 7h já estava no Aeroporto de Congonhas, para embarcar rumo a Brasília.

Ao chegar à capital, foi direto para uma reunião na AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). À tarde, rumou para o Palácio do Planalto e se reuniu com o presidente da Câmara e em exercício da República, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao lado de Jayme de Oliveira, da AMB. Naquele dia, iria ainda para a Câmara dos Deputados, com o presidente do TJ-RJ, Milton Fernandes. Na quarta-feira, participou de encontro com os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais na AMB sobre o rezoneamento eleitoral e o Extrateto e seguiu para o Senado, onde falou, entre outros, com o senador Wilder de Moraes (PP-GO), sobre o VTM (Valorização por Tempo de Serviço). Tomaria o avião à noite e só chegaria em casa às 22h daquela quarta-feira.

Desde que assumiu a AMAERJ, em fevereiro de 2016, as semanas da presidente da entidade são cheias de noites de pouco sono, compromissos, deslocamentos de avião, conversas ao telefone e no WhatsApp, negociações, reuniões e mais reuniões. Ao longo do tempo, descobriu que tinha talento para convencer deputados e senadores – estava em sua essência política.

Renata Gil criou interlocuções importantes no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Conversa permanentemente com Rodrigo Maia para tratar de projetos de interesse da magistratura, pessoalmente em Brasília ou por telefone; está sempre em contato com o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, para falar sobre vencimentos e outras demandas, e



**1.** Renata Gil e Jayme de Oliveira reúnem-se com a presidente do STF e do CNJ, Cármen Lúcia, para tratar de prerrogativas dos magistrados. **2.** Reunião com parlamentares no TJ-SP. **3.** Dirigentes da AMB discutem o Extrateto com o 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho (PMDB-MG). **4.** Presidentes de associações e TJs, e deputado Hugo Leal (PSB-RJ) debatem o extrateto na AMB. **5.** Encontro com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge

# MAGISTRATURA

com o vice-governador, Francisco Dornelles; passou a ser convidada para reuniões e audiências na Assembleia Legislativa do Rio; e visita com frequência o STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgãos onde há inúmeras demandas que afetam os juízes do Rio. Aproximou-se da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que será a homenageada pelo 6º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de

---

## TRABALHO POLÍTICO DA AMAERJ E DA AMB NO CONGRESSO IMPEDIU VOTAÇÃO AÇODADA DO EXTRATETO

Direitos Humanos, em 6 de novembro. Essa atividade intensa no Congresso Nacional, com esclarecimentos pessoais e notas técnicas, tem se revelado fundamental para neutralizar iniciativas que ameaçam os direitos e prerrogativas de magistrados do Rio e de todo o país. Os anos de 2016 e 2017 apresentaram uma série de desafios graves ao Judiciário, em parte fruto do sucesso da Operação Lava-Jato, que atingiu a classe política, causando retaliações.

## OFENSIVA DO EXTRATETO

No fim de agosto, o Extrateto – projeto aprovado no Senado em dezembro de 2016 – esteve prestes a ser votado pela Câmara dos Deputados. A ideia dos parlamentares era deliberar sobre o caso de forma relâmpago, sem muita discussão e com urgência. Estão em risco gratificações e indenizações que compõem a remuneração dos membros do Judiciário. O trabalho político da AMAERJ e da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) impediu a sessão e conquistou tempo e a promessa de que o tema seria discutido com mais profundidade e a participação de magistrados e de integrantes do Ministério Público.

Poucos dias depois, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aguerrido adversário, iniciou nova ofensiva. Na tarde de



PL do Extrateto foi tema de reunião dos presidentes do TJ-RJ, Milton Fernandes, da AMAERJ, Renata Gil, e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O deputado disse que o texto será construído em diálogo com a magistratura

12 de setembro, apresentou requerimento para criar uma CPI sobre “salários acima do teto”. Embora já não seja o presidente da Casa, continua com muita força política e anunciou o apoio de 50 senadores. Renan nega que a medida seja uma retaliação ao Judiciário e ao MP. “Não é contra Poder A nem contra Poder B ou C. É uma regra geral. Temos de levantar [os dados]. É preciso obrigar quem ganha mais que o teto a devolver o que recebeu a mais, mas há uma dificuldade de levantar os ‘supersalários’ e por isso defendo a CPI. Não tem nada a ver com a Lava Jato”, alegou. Em 2016, o Senado aprovou projeto da Comissão Especial do Extrateto e os encaminhara à Câmara, mas ainda não houve votação.

Apesar de a crise política retardar provisoriamente a discussão, cedo ou tarde o assunto será enfrentado. O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, enxerga nesta e em outras medidas uma campanha de intimidação contra a Justiça. Ministros do STF também têm alertado para os ataques

ao Judiciário, vindos de diversos poderes. Luís Roberto Barroso defendeu a mobilização da sociedade contra a “Operação-abafa contra a Lava-Jato”; a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, disse que “democracia só existe com Judiciário forte e livre” e afirmou que os magistrados brasileiros merecem ser reconhecidos “por tudo o que trabalham, se empenham e sofrem”.

Luiz Fux apontou para uma “tentativa de enfraquecimento do Judiciário” pelo Congresso, em O Globo. “Em primeiro lugar, transformar as propostas contra a corrupção em lei de abuso de autoridade, para tentar criar uma ameaça legal à atuação dos juízes. É completamente fora da reforma política fixar prazo de mandato para os juízes dos tribunais superiores. É uma estratégia para enfraquecer o Poder Judiciário. Essas mudanças são para tirar o foco do que se está efetivamente apurando, que é a corrupção.” Segundo ele, o enfraquecimento do Judiciário foi usado na Itália para atingir os resultados da Operação Mãos Limpas. “Parece

que isso está acontecendo agora no Brasil, em relação à Lava-Jato. Enquanto estudamos as melhores formas de investigação e de combater a corrupção, o que se tem feito no Congresso é estudar como se nulificaram, na Itália, os resultados positivos da Mãos Limpas. Na Itália, fizeram reformas mirabolantes para tirar o foco da Operação Mãos Limpas. Aqui, fizeram o mesmo. Na Itália, começou a haver uma política de enfraquecimento do Poder Judiciário. Aqui, a iniciativa popular propôs medidas anticorrupção, e elas foram substituídas por uma nova lei de crime de abuso de autoridade, inclusive com a criminalização de atos do juiz.”

## RECONQUISTA DE PRESTÍGIO E ESPAÇO POLÍTICO

Apesar do ambiente tenso e muitas vezes refratário, a AMAERJ tem conquistado espaço e interlocução permanente mesmo no Legislativo. Renata Gil foi recebida diversas vezes pelo presidente da Câmara,

Rodrigo Maia. “Lá vem a Renata, para tirar alguma coisa do projeto! Cuidado, que ela muda tudo para defender o Judiciário!”, brincou ele, em reunião com outros deputados. Foi assim, com muito trabalho legislativo, especialmente junto ao relator do projeto de Recuperação Fiscal dos Estados, Pedro Paulo (PMDB-RJ), que a AMAERJ foi fundamental para excluir o Fundo Especial dos Tribunais de Justiça da lei, entre outras conquistas. No Tribunal de Justiça de São Paulo, representou a AMAERJ e a AMB em reunião das associações nacionais com parlamentares paulistas.

Assim, a associação recuperou seu espaço histórico e prestígio como referência nacional da magistratura. Passou a ser sempre

convidada para audiências públicas – em Brasília ou na Assembleia Legislativa –, a ter os pedidos atendidos e ganhou relevância. O trabalho é cansativo, mas agrada a presidente da AMAERJ. “Vou para o Parlamento feliz. O parlamentar ouve todo mundo, é aberto ao diálogo, embora o momento de crise institucional não favoreça o clima. Eles ouvem, aceitam textos, documentos. Tenho uma relação ótima e eles respeitam muito a defesa

institucional que fazemos”, diz Renata Gil.

No Rio, a Assembleia Legislativa passou a ter uma interlocução permanente com a AMAERJ e outras associações de carreiras jurídicas, para tratar de temas como previdência, recuperação do Rio, segurança pública e até zoneamento eleitoral.

Apresentados aos fatos pela AMAERJ, deputados estaduais enviaram manifesto ao TSE e ao STF, onde tramita Ação Direta de Inconstitucionalidade, em que repudiam as mudanças sugeridas para o rezoneamento eleitoral no Rio. Renata Gil também publicou em O Globo artigo sobre as implicações negativas do rezoneamento no Estado.

A imprensa tem percebido na AMAERJ uma voz importante para se pronunciar sobre assuntos importantes. Renata Gil tem concedido entrevistas com frequência a TVs, jornais e sites sobre a crise de segurança pública, propostas inconstitucionais de acordos com traficantes condenados e o retorno de líderes de facções criminosas em penitenciárias federais ao Rio, entre outros tópicos.

E a associação não tem se descuidado da fundamental defesa de prerrogativas de magistrados. São muito frequentes as medidas no campo da comunicação, notas públicas de apoio a juízes atacados, e a defesa institucional na Corregedoria e no CNJ. ■

**“VOU PARA  
O PARLAMENTO FELIZ.  
ELES RESPEITAM  
MUITO A DEFESA  
INSTITUCIONAL  
QUE FAZEMOS”**

**RENATA GIL,**  
presidente da AMAERJ

Ó T I C A  Desde 1955  
**SETE**  
SERVIÇO EFICIENTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

Especializada em atender bem.

Descontos para os Associados **AMAERJ**

**62** ANOS



Rua Sete de Setembro, 98 Sobreloja 206 - Centro - RJ

Tel.: (21) 2242-5220 / 2252-3185 / (21) 99601-0068

# ATUAÇÃO POR DIREITOS DA CATEGORIA E DA SOCIEDADE

AMAERJ trabalha pelo fortalecimento da Justiça Eleitoral e da Segurança Pública

por **DIEGO CARVALHO**

O rezonamento determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve causar a extinção de quase mil zonas eleitorais em todo o País, prejudicando a fiscalização do abuso de poder político e econômico. A presidente da AMAERJ, Renata Gil, participou de reuniões com parlamentares federais e estaduais para reduzir os prejuízos da decisão. A Segurança Pública também foi discutida pela Associação, em Niterói. No interior, a AMAERJ reuniu os magistrados pela defesa das prerrogativas da categoria na região. Na área social, a entidade promoveu o “Arriaiá da Inclusão”, com a participação de crianças carentes e de pessoas portadoras de necessidade especiais, e a Festa dos Aniversariantes do Semestre, que reuniu cerca de 80 pessoas no TJ-RJ.



Em audiência pública na Alerj, deputados repudiaram rezonamento



Jacqueline Montenegro propôs adequação alternativa à determinação do TSE

## ZONAS PRESERVADAS

A presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Montenegro, conseguiu junto ao TSE reduzir de 121 para 86 o número de zonas eleitorais a serem extintas no Estado. A diminuição de quase 30% reduzirá consideravelmente o impacto negativo da política de rezonamento no Rio de Janeiro, Estado mais afetado pela medida. O presidente do TSE, Gilmar Mendes, acolheu em setembro o ofício do TRE-RJ que dispõe sobre o remanejamento das zonas eleitorais no interior do Estado.

## REZONEAMENTO ELEITORAL

Renata Gil participou em agosto de audiências públicas na Câmara dos Deputados e na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) sobre o rezonamento eleitoral. Ela explicou o grave impacto causado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No Rio, deputados estaduais assinaram um manifesto de repúdio ao rezonamento. Em Brasília, os parlamentares começaram a coletar assinaturas para criar a Frente Parlamentar em Defesa da Justiça Eleitoral.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Os juízes de Niterói se reuniram, em julho, com o comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, coronel Márcio Oliveira Rocha, para discutir questões de segurança pública da cidade. Serviço de alerta por aplicativo de mensagem em smartphone, aumento de efetivo, atuação nas comunidades e diminuição dos índices de violência foram os pontos de destaque debatidos no encontro, realizado na AMAERJ Niterói.



Presidentes da AMAERJ, Renata Gil, e da Regional, Rosana Albuquerque, participaram da reunião

Renata Gil e juízes do Norte Fluminense no fórum de Campos



## MAGISTRATURA FLUMINENSE

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, encontrou-se com juízes do Norte Fluminense e do Sul Fluminense para tratar de pautas da magistratura local. A reunião em Campos dos Goytacazes aconteceu em agosto, com cerca de 20 juízes de Campos, Cambuci, São Francisco do Itabapoana e São Fidélis. No Sul Fluminense, o encontro também foi em agosto, em Penedo (Itatiaia), com 20 juízes de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Resende, Itatiaia e Valença. Os magistrados apresentaram sugestões para melhorar a prestação jurisdicional das regiões.

## ARRAIÁ DA INCLUSÃO

A 1ª Regional da AMAERJ organizou em agosto, no Palácio da Justiça de Niterói, o “Arraíá da Inclusão”, com a participação de crianças carentes e de portadores de necessidade especiais. O evento promoveu a exposição de telas dos alunos da Escola Crescer, apresentações do coral “ONG MORE”, do grupo de dança “Corpo em Movimento (ANDEF)” e dos atletas paraolímpicos do rúgbi do time Santer Rio.



Juízas Rosana Albuquerque, Renata Gil, Criscia Curty e Rita Vergette estiveram no evento



AMAERJ parabenizou os associados em festa no TJ-RJ

## ANIVERSARIANTES DO SEMESTRE

Os magistrados aniversariantes de janeiro a junho foram parabenizados pela AMAERJ, em julho, na Festa dos Aniversariantes do Semestre, no salão de eventos da Lâmina III do TJ-RJ. A confraternização, que reuniu cerca de 80 pessoas, contou com buffet especial e sorteio de brindes. O evento também teve uma exposição de quadros do desembargador Marco Aurélio Frões.

# Defesa da dignidade humana



Lançamento da 6ª edição do Prêmio reuniu magistrados, promotores, defensores, advogados, jornalistas, servidores, professores e estudantes no Fórum Central do TJ-RJ

AMAERJ premia em novembro iniciativas excepcionais que contribuam para a sociedade. 6º Prêmio Patrícia Acioli recebeu 224 inscrições

por **DIEGO CARVALHO**



**E**m tempos de violência e intolerância em diferentes cantos do Brasil e do mundo, o Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos abriu as portas e deu voz para pessoas e projetos que lutam pela vida e pela paz. Lançada em 7 de agosto, a 6ª edição recebeu 224 inscrições de todas as regiões e de 20 Estados do País, sobre o tema “Direitos Humanos e Cidadania”.

Das quatro categorias, a que recebeu o maior número de inscritos foi Reportagens Jornalísticas, com 101 matérias, seguida por Trabalhos Acadêmicos (72), Práticas Humanísticas (37 ações) e Trabalhos dos Magistrados, com 14 projetos.

Na cerimônia de lançamento, na Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro, os magistrados destacaram a luta da juíza Patrícia Acioli, assassinada em 2011, em defesa da dignidade humana.

“O Prêmio tem como objetivo principal resgatar a memória da Patrícia, juíza tão importante que dedicou a sua vida ao trabalho. É uma homenagem e uma preservação de sua história. O Prêmio é uma joia, um momento muito importante de aproximação com a sociedade”, afirmou a presidente da AMAERJ, Renata Gil. Ela destacou que a premiação apresenta práticas positivas e inovadoras. “Nosso trabalho é estimular a nova geração a olhar para os direitos humanos”, disse.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Milton Fernandes, parabenizou a AMAERJ pela iniciativa. “A memória da juíza Patrícia Acioli extrapola o âmbito jurídico e incentiva trabalhos com resultados sociais expressivos”, disse.

Para o presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Domingos Meirelles, o Prêmio é prestigioso para os profissionais de diferentes carreiras. “A premiação se reveste de uma significação especial, pois homenageia todos os jornalistas que se envolveram na investigação para que os responsáveis pelo assassinato





André Luís de Castro, Marcia Succu, Claudio de Mello Tavares, Milton Fernandes, Renata Gil, Domingos Meirelles, Eduardo Lima Neto, Noeli Reback e Sérgio Ribeiro

fossem identificados e responsabilizados. Vida longa ao Prêmio!”

Terceira colocada do Prêmio em 2016 (Trabalhos dos Magistrados), com o projeto “Família Legal”, a juíza Noeli Reback (TJ-PR) afirmou que decidiu participar do concurso pela relevância de Patrícia Acioli.

“A morte de Patrícia não foi em vão. Temos a obrigação de reverter a situação absurda de violência. Não podemos nunca

nos sentir desanimados. Depois do prêmio, a nossa equipe se sentiu muito mais animada e tivemos uma ótima resposta.

Este ano, regularizamos mais de 100 famílias.”

Jurado do Prêmio em 2016, o professor Marcelo Alves Lima afirmou que a premiação potencializa o legado de Patrícia Acioli e oferece visibilidade a projetos com enorme potencial.

Também participaram do lançamento o corregedor-geral da Justiça do Rio, Claudio de Mello Tavares,

a diretora de Direitos Humanos e Proteção Integral da AMAERJ, Marcia Succu, o defensor público-geral André Luís de Castro e o subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público Eduardo Lima Neto, além de Mike Chagas, Ana Clara e Maria Eduarda – filhos de Patrícia Acioli.

O lançamento contou com a apresentação da Orquestra da Providência Som+Eu e do conjunto Le Quartier Jazz, que tem como integrante o juiz Carlos Saraiva, diretor Cultural da AMAERJ.

Neste ano, o vídeo de divulgação do Prêmio foi exibido nos intervalos comerciais da TV Globo. Gravado no Tribunal Pleno, o filme foi apresentado pela atriz Guilhermina Guinle. Ela abriu mão de receber cachê pela gravação. “É uma honra

**PRÊMIO RECEBEU  
INSCRIÇÕES DE  
20 ESTADOS, COM  
DESTAQUE PARA RIO  
DE JANEIRO (93),  
SÃO PAULO (30),  
PARANÁ (19) E RIO  
GRANDE DO SUL (15)**



Juízas Marcia Succi e Renata Gil com os filhos de Patrícia Acioli, Ana Clara, Maria Eduarda e Mike Chagas. Prêmio celebra a memória de Patrícia, magistrada que dedicou a sua vida ao trabalho

## CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

### DATA

6 de novembro

### HORÁRIO

18h

### LOCAL

Tribunal Pleno do TJ-RJ

### ENDEREÇO

Rua Dom Manuel,  
s/n, Lâmina 1, 10º  
andar, Centro

contribuir com o Prêmio, uma homenagem mais do que merecida à memória da juíza Patrícia Acioli. A premiação é de uma representatividade gigantesca na defesa dos direitos humanos”, disse Guilhermina.

## TRABALHOS DE DESTAQUE

Um júri composto por especialistas de destaque nas quatro áreas selecionará os trabalhos. Serão premiadas iniciativas excepcionais que contribuam para a sociedade.

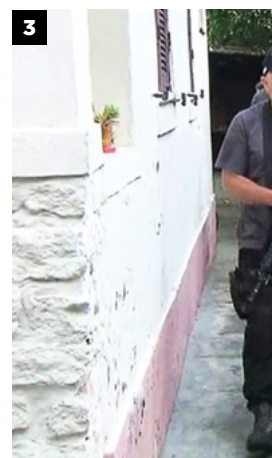
Cada categoria terá cinco finalistas. O primeiro colocado de cada uma delas receberá R\$ 15 mil. O segundo lugar, R\$ 10 mil. O terceiro, R\$ 5 mil. Os três primeiros também ganharão um troféu. Os demais finalistas serão agraciados com

uma Menção Honrosa. Na categoria Trabalhos dos Magistrados, os três primeiros colocados receberão um troféu.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, receberá o Troféu Hors-Concours por sua notável atuação em Direitos Humanos. A cerimônia de premiação acontecerá em 6 de novembro, no Tribunal Pleno do TJ-RJ.

O Prêmio tem como parceiros Caixa Econômica Federal (CEF), Multiplan, Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Anoreg-RJ (Associação dos Notários e Registradores do Brasil-RJ) e tem o apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Criada em 2012, a premiação celebra a memória da juíza, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, morta em 2011, em Niterói, por policiais militares. ■



# COMBATE À VIOLÊNCIA

Entre janeiro e setembro deste ano, o Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos já realizou 197 audiências e decretou 47 prisões preventivas

por **PEDRO MARQUES**

Torcedor fanático do Botafogo, Diego da Silva dos Santos, de 28 anos, se reuniu, por volta das 13h de 12 de fevereiro, com amigos para curtir um de seus maiores prazeres: assistir a um clássico do time contra o rival Flamengo, pelo Campeonato Carioca. Em meio a risadas, cantorias e goles de cerveja, Diego seguiu para o estádio Nilton Santos, no Engenho de Dentro, zona norte. O que não imaginava é que essas seriam suas últimas horas de vida.

Cerca de 20 mil torcedores foram ao estádio naquela tarde. O que prometia ser uma festa virou um campo de batalha. Policiais militares, que deveriam fazer a segurança do evento, não deixaram os batalhões, diante de protestos de mulheres, filhas e mães nas portarias das unidades.

Sem policiamento, houve confrontos violentos entre integrantes de torcidas organizadas, nos arredores do Engenho. Travestidos de torcedores,



**1.** Polícia apreende armas e drogas. **2.** Delegado exhibe camisa de torcedor assassinado. **3.** Membro da TJF é preso na Ilha do Governador. **4.** Diego Silva, morto a golpes de espeto

**De janeiro a agosto deste ano houve 197 audiências do Juizado do Torcedor e Grandes Eventos, com 47 prisões preventivas**

*Top 5 infrações*


- 142** Art. 41 B do Estatuto do Torcedor - Provocação de tumulto
- 55** Art. 28 da Lei 11.343/2006 - Drogas
- 49** Art. 330 do Código Penal - Desobediência
- 45** Art. 288 do Código Penal - Associação para o crime
- 39** Art. 359 do Código Penal - Desobediência de decisão judicial

**Torcidas organizadas proibidas de frequentar estádios no Rio de Janeiro**

**CORINTHIANS**

 Gaviões da Fiel

 Camisa 12

 Coringão Chopp


 Pavilhão 9

**BOTAFOGO**


 Fúria Jovem do Botafogo


**FLAMENGO**

 Torcida Jovem do Flamengo


 Raça Rubro Negra

**VASCO**

 Força Jovem do Vasco

 Ira Jovem do Vasco

**FLUMINENSE**

 Torcida Young Flu

criminosos e vândalos enfrentaram-se a pauladas e pedradas. Houve disparos de armas de fogo e até explosivos.

Em um dos conflitos, quando cerca de mil integrantes da Torcida Jovem do Flamengo (TJF) invadiram um setor destinado aos torcedores do Botafogo, Diego foi espancado. Já desacordado, no chão, sem condições de defesa, o botafoguense teve o peito perfurado por golpes de espeto de churrasco.

De acordo com as investigações policiais e do Ministério Público, o assassino é Vitor Portêncio, o Gringo, membro da TJF. Gringo está preso desde março no Presídio Cotrim Neto, na Baixada Fluminense.

“O que vem acontecendo neste ano em partidas importantes no Rio é um verdadeiro escárnio. Já tivemos dois assassinatos, casos de racismo, invasões e depredações nos estádios, além de dezenas de conflitos violentos”, disse o juiz Marcello

Rubioli, titular do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos.

A morte de Diego é uma das centenas de ocorrências registradas este ano pelo Juizado Especial, criado em 2013 para atuar em acontecimentos esportivos, artísticos e culturais. O Juizado funciona, em unidades físicas e móveis, onde houver competições ou apresentações que reúnam milhares de pessoas, como jogos de futebol e festivais como o Rock in Rio, por exemplo.

Além do gabinete do juiz e da sala de audiências, os espaços contam com salas reservadas para o Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Instituto Médico Legal (IML) e carceragem.

“É um juízo especializado para matérias de esporte. Pode-se dizer que o Juizado do Torcedor é uma vara criminal e, ao mesmo tempo, cível, por conta da matéria atendida nas partidas e grandes eventos.



**LINHA DO TEMPO DA VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS DO RIO EM 2017**

Torcedores de Botafogo e Flamengo se enfrentam nos arredores do Nilton Santos, resultando em um morto e dezenas de feridos

**12/2**

30 membros de organizadas do Fluminense são detidos em uma estação de trem. Portavam armas brancas e um soco inglês

**23/3**

Torcedores do Vasco brigam entre si em São Januário

**27/5**

**5/2**

Quatro integrantes da Força Jovem do Vasco agredem o tricolor Pedro Scudieri com barras de ferro. A vítima ficou internada 157 dias



**Integrante de organizada é flagrado com espeto usado em assassinato**

**8/4**









Torcidas de Vasco e Flamengo entram em conflito em Duque de Caxias e no Maracanã. Houve 70 prisões. Com eles, foram apreendidos uma pistola, carregadores e drogas





1. Audiência na unidade móvel.
2. Audiência na unidade fixa.
3. Carceragem.
4. Juizado do Torcedor (Estádio Nilton Santos).
5. Unidade móvel

**De janeiro a agosto deste ano, 202 torcedores foram proibidos de frequentar estádios no Rio**

-  70 **VASCO**
-  41 **BOTAFOGO**
-  41 **CORINTHIANS**
-  31 **FLUMINENSE**
-  13 **FLAMENGO**
-  3 **TIME INDEFINIDO**
-  2 **ATLÉTICO MINEIRO**
-  1 **MACAÉ**

A interligação entre os órgãos permite uma celeridade muito grande para as audiências, dando uma resposta mais rápida”, explica Rubioli.

O Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos faz parte da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Eventos Esportivos, Culturais e Grandes Eventos (CEJESP), presidida pelo desembargador Mauro Martins. O juízo ganhou notoriedade internacional após os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016.

“É trabalho de vanguarda. Em todas as edições das Olimpíadas nunca se havia experimentado um Judiciário de proximidade, como fazemos aqui há anos. O trabalho foi muito bem avaliado e será implementado pelo Comitê Olímpico Internacional nos próximos Jogos”, afirma o juiz. ■

Após a derrota para o Flamengo, vascaínos entraram em confronto com a PM dentro e no entorno de São Januário. Baleado no peito, um torcedor morreu. Dois foram atingidos nas pernas

8/7

Organizadas de Botafogo e Fluminense entraram em confronto antes e depois do jogo no Maracanã

12/7

As semifinais da Copa do Brasil entre Botafogo e Flamengo são marcadas por tentativas de invasão, brigas, conflitos com a polícia e manifestações de racismo

16/8 e 23/8



9/7

Torcedores de Botafogo e Atlético-MG brigam no Engenhão

Organizadas do Vasco entram em conflito com policiais militares

10/8

Torcedores do Nacional (Uruguaí) quebram cadeiras do Engenhão e brigam com seguranças e PM



Revoltados com derrota, uruguaios depredam o Nilton Santos

7/9

Primeiro jogo da final da Copa do Brasil entre Flamengo e Cruzeiro foi repleto de incidentes, com rixas, ingressos falsos, invasão e depredação do estádio e confrontos com a PM

# “Nós temos leis, e elas têm que ser cumpridas”

Em entrevista o juiz Marcello Rubioli explicou como o Juizado do Torcedor tem combatido a violência no esporte



Marcello Rubioli, titular do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos

**FÓRUM: Por que os índices de violência não diminuíram após a Copa do Mundo e as Olimpíadas?**

**MARCELLO RUBIOLI:** Pela falta de profissionalismo. Faltou entender que as melhorias para a Copa e a Olimpíada nada mais foram do que estruturais, não estruturantes. Criou-se um modelo aprovado internacionalmente, mas, por cima dele, foi reproduzido um modelo antigo já defasado e que permite não só a violência física, como a própria violência jurídica do consumidor, envolvendo desvio de ingressos, lavagem de dinheiro, entre outros delitos. O desrespeito ao Estatuto do Torcedor é outro fator para isso. Não temos ingressos numerados, a biometria e a transparência na arrecadação das verbas também não foram implementadas.

**FÓRUM: Por que não?**

**RUBIOLI:** Porque não interessa aos clubes e às federações. Temos um modelo de atividade esportiva muito fincada nas entidades de organização de esporte. Então, não é de interesse dos clubes, federações e da CBF ser fiscalizado. Só que nós temos leis, e elas têm que ser cumpridas.

**FÓRUM: As organizadas são o principal causa da violência nos estádios?**

**RUBIOLI:** A torcida organizada não é a única causa, apesar de ser a que mais chama a atenção, por serem os elementos de frente, uma espécie de infantaria da violência no esporte. Não podemos nos esquecer do

incentivo dos clubes a essas facções e o endeusamento da figura desses grupos. É uma questão mais de mentalidade do que simplesmente das organizadas.

**FÓRUM: Como diminuir a violência no esporte?**

**RUBIOLI:** A transparência é o caminho. É um ato mais de governança do que efetivamente uma solução. Saber quais pessoas estão gerenciando os clubes, quem são os torcedores violentos, quais são as torcidas organizadas, quem são os cambistas, como é feita a venda e a administração dos ingressos e para onde eles são destinados.

**FÓRUM: Torcida única e a suspensão das torcidas organizadas é um caminho viável?**

**RUBIOLI:** Não. Tenho minhas reservas ao banimento e à extinção desses grupos, porque, quem pratica violência, vai continuar praticando, independentemente de qual organizada faz parte. A torcida única foi uma medida eficaz para um determinado momento do Rio. É uma opção, mas não é a solução.

**FÓRUM: Por que tivemos tantos problemas nos jogos entre Botafogo e Flamengo?**

**RUBIOLI:** Esse clássico se tornou o mais problemático, e os dirigentes dos clubes têm quase total parcela de culpa nisso. É notório que eles incentivam a rixa, dão ingressos para as organizadas e empregam integrantes no quadro de funcionários. É um modelo que só beneficia as diretorias e os membros de organizadas.

**FÓRUM: O grande número de casos de violência este ano surpreendeu o Juizado?**

**RUBIOLI:** A violência estava de certa forma dominada. Mas detectamos, sim, um incremento dela, o que é preocupante. Toda medida que o Juizado do Torcedor tem tomado para minorar a violência não tem sido alvo de chancela pelo próprio Poder Judiciário. Nós temos que contar primeiramente com a conscientização interna do próprio Poder.

**FÓRUM: Como implementar no Brasil os procedimentos adotados na Inglaterra contra os hooligans?**

**RUBIOLI:** O paralelo é equivocado. As constituições anglo-saxãs primam sempre pela defesa da coletividade. Já a nossa é tipicamente individualista. Se preocupa com garantias e direitos individuais em detrimento das garantias coletivas. Na Inglaterra a mera individualização já gerou o banimento do torcedor. Aqui, preciso do devido processo legal e de uma ampla defesa. Mesmo assim, não temos a figura do banimento, só o afastamento temporário.

**FÓRUM: Como combater os cambistas?**

**RUBIOLI:** A lei penaliza muito brandamente, muitas vezes punindo com uma cesta básica, o que acaba mais incentivando do que reprimindo a conduta criminoso. Eles também são um núcleo comercial das torcidas e de vários dirigentes. É um delito que precisa ser agravado. ■



# O FRACASSO DA PACIFICAÇÃO

POR

**ROBSON  
RODRIGUES  
DA SILVA**

ANTROPÓLOGO  
E EX-CHEFE  
DO ESTADO-  
MAIOR GERAL  
DA PMERJ

A UPP ruiu e os canais de diálogo firmados com as comunidades não existem mais



A segurança pública entrou em crise no Rio. Aumentaram os roubos, confrontos entre facções, tiroteios, vítimas de balas perdidas, morte de policiais e letalidade policial. Tudo indica que este ano ultrapassaremos as 5 mil mortes intencionais. Após a expectativa gerada pela pacificação, o sentimento de medo aumentou consideravelmente diante do fracasso das UPPs, sinônimo da pacificação no imaginário popular. Para piorar, não há sinais de reação do governo, que se prostra diante das crises que se abateram sobre o Estado e de criminosos cada vez mais dispostos a matar. Saímos de um otimismo eufórico para uma depressão paralisante.

Por que falharam programas que vinham baixando os índices de criminalidade violenta? Para a Secretaria de Segurança, o motivo foi a crise financeira. A explicação não se sustenta. A crise pode até ter incrementado os problemas de hoje, mas eles já despontavam lá atrás, antes mesmo de ela se instaurar.

Os dividendos políticos da pacificação não resultaram em modernização das organizações policiais. A PM não teve as estruturas reformadas. Não se investiu na capacidade investigativa da Polícia Civil para a melhora das taxas de esclarecimento de crimes. O resultado foi que a UPP ruiu. A violência letal voltou a crescer em favelas pacificadas. A polícia logo retornaria às velhas práticas baseadas na repressão bruta.

Os indicadores já vinham apresentando aumentos desde 2013. O problema é que agora dispararam sem qualquer perspectiva de reação efetiva do Estado. 2017 tem sido catastrófico. Se nada for feito para interromper a escalada de violência, poderemos reviver os piores momentos da série histórica, cujo ápice se deu nos anos 90 (65 homicídios/100 mil habitantes) – em 2015, caiu a 18/100 mil na capital, menor taxa em 25 anos.

A UPP depende sensivelmente da confiança das pessoas e dos próprios policiais. Essa base de sustentação é frágil diante dos riscos de os territórios a qualquer momento se instabilizarem, seja por ação equivocada da polícia seja por ação violenta de criminosos. O caso Amarildo iniciou a derrocada que derreteria rapidamente a legitimidade da UPP. O envolvimento em corrupção do ex-governador Sérgio Cabral e as suspeitas sobre o atual, Luiz Fernando Pezão, aceleraram a fragilização moral do governo. Esse vácuo político não passou despercebido pelas facções. A retomada criminal foi inevitável.

Os casos de corrupção envolvendo policiais de UPP e conflitos com moradores de comunidades pacificadas aumentaram as tensões. Não houve reação eficiente para o controle desses desvios, levando os moradores a desacreditar cada vez mais no projeto. Os canais de diálogo que começaram a se pavimentar no início da UPP acabaram calcinados. ■





# Festa em Niterói na abertura de campanha pela paz no lar

Cerimônia  
contra a  
violência  
doméstica  
emociona  
a plateia

por **SERGIO TORRES**

Tomado por 500 pessoas, o Teatro Popular Oscar Niemeyer (Niterói) recebeu em 21 de agosto o lançamento da campanha “Brasil pela Paz—Na Luta contra a Violência Doméstica”, organizada pela AMAERJ. O evento marcou a 8ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e lançada naquela mesma segunda-feira no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Mais do que uma solenidade formal, o lançamento da campanha em um teatro de linhas arrojadas tão características do gênio brasileiro da arquitetura teve ares de festa, com música, circo, esporte e dança.

A AMAERJ teve apoio da Prefeitura de Niterói, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da ONG Associação Clarke e da Universidade do Circo Marcos Frota (Unicirco), conhecido ator que apresentou as atrações no palco.

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, agradeceu à plateia. “Durante as reuniões, percebemos que a sociedade se mobiliza. Niterói é o primeiro município do País a trabalhar a violência doméstica fora dos tribunais. Faço um agradecimento, de todo o coração, à sociedade civil organizada de Niterói.”

A presidente do CNJ e do Supremo



2



4



3



5

1. Música e dança alegraram o evento 2. Apresentação da Universidade do Circo 3. Presidente da AMAERJ discursa 4. Público lotou o Teatro Popular Oscar Niemeyer 5. Juiz Paulo Tamburini e Marcos Frota

Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, não pôde ir porque as condições climáticas impediriam o pouso do avião que a traria de Brasília. Renata Gil conversou com ela por telefone, antes da cerimônia.

“A ministra tinha o sonho de trazer a sociedade para o debate sobre a violência doméstica. Ela instituiu o Projeto Brasil pela Paz, em que um dos quatro eixos é o combate à violência doméstica”, disse.

Cármen Lúcia foi representada pelo juiz auxiliar da presidência do CNJ, Paulo Tamburini. “Essa é uma demonstração de como, com boa vontade, pode-se construir um país pacífico, com justiça social”, disse ele, que agradeceu a presença do presidente da AMB, Jayme de Oliveira.

‘PERCEBEMOS QUE A SOCIEDADE SE MOBILIZA’,

**RENATA GIL**, que saúda a iniciativa da ministra Cármen Lúcia

Mestre de cerimônias da festa, Marcos Frota procurou definir o que ocorria naquele momento no teatro. “Um evento lindo, feito com capricho, com tanto amor”, disse. “Acima de tudo, há de haver a percepção de que, agora, mais do que máquinas e inteligência, é o momento de sabedoria e espiritualidade.”

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PV), elogiou a presidente da AMAERJ e a iniciativa de promover na cidade o marco inicial da campanha pelo lar pacificado. “Renata Gil é uma das organizadoras e idealizadoras desse evento, cuja causa deve mobilizar cada um de nós.”

O escritor João Nery, pioneiro no Brasil das cirurgias de mudança de sexo, afirmou que

os transgêneros deveriam ser incluídos pelos segmentos sociais do país. “Mas não somos”, lamentou, para, a seguir, desabafar sobre a carência de empregos para os optaram por mudar de gênero: “Quem dá trabalho a transexual?”, questionou.

Para Bruna Benevides, presidente do Conselho LGBT de Niterói, “a diversidade está presente em quem somos e não adianta maquiagem ou esconder o debate”. “Estamos no país que mais mata trans no mundo. Ser LGBT não é uma ideologia, é identidade”, disse.

De acordo com a presidente da Comissão da OAB Mulher/Niterói, Helga Mansur, “não é amor” qualquer forma de “relacionamento que exclui de convivência familiar, dos amigos, que proíbe de trabalhar e humilha”.

Ao final, o DJ Alok comandou uma festa no térreo, com vista privilegiada da Baía de Guanabara. ■

# “Justiça lenta não é Justiça”

O corregedor-geral de Justiça, Claudio de Mello Tavares, destaca a parceria com magistrados e serventuários

por  
RAPHAEL GOMIDE e SERGIO TORRES

**T**erceiro mais antigo desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o corregedor-geral da Justiça, Claudio de Mello Tavares, já visitou presídios, abrigos para menores infratores, zonais da OAB no interior do Estado e incontáveis gabinetes dos fóruns da capital desde o início da gestão, em fevereiro. O foco de seu trabalho à frente da Corregedoria é o combate à morosidade do trâmite da ação judicial e de procedimentos cartorários. Para Mello Tavares, de 57 anos, “Justiça lenta não é Justiça”.

O corregedor tem combatido a vagareza judiciária com uma estratégia muito particular. Para ele, o corregedor “é o parceiro do magistrado”. Por isso, adotou a prática de ouvir, conversar, identificar problemas e buscar soluções em equipe. “Graças a Deus, me sinto vocacionado para essa parte administrativa”, disse.

Religioso, Mello Tavares frequenta missas dominicais. Ele leva para o cotidiano um pouco de sua fé e do espírito cristão. Uma das ações de que se orgulha foi a criação de um cadastro de adolescentes egressos de instituições sócio-educativas para ter um primeiro emprego. “Sou católico apostólico romano. É obrigação ajudar nosso semelhante. O poder só tem sentido se pode ajudar. Nós todos estamos de passagem. Quero plantar uma semente que dê frutos. Acho que o importante é cumprirmos nossa missão”, observa o corregedor. À direita da mesa em que trabalha, montou uma espécie de santuário, com imagens e objetos vinculados ao catolicismo. Mello Tavares acaba de lançar “Da União Livre à União Estável – Aspectos do Concubinato”, seu primeiro livro, que comenta nesta entrevista à **FÓRUM**.

Mello Tavares  
em seu gabinete



**FÓRUM: Por que o senhor optou pelo Direito?**

**CLAUDIO DE MELLO TAVARES:** Meu pai era advogado. Tinha tios no Direito. Desde pequeno, com essa convivência, comecei a gostar muito e fui estudar na Faculdade Candido Mendes, de 1981 a 1985. Fiz estágio no escritório do saudoso senador Nelson Carneiro (1910-1996), onde fiquei oito anos – três como estagiário, cinco como advogado. Eram ele e o sócio Orlando Pereira, companheiros de Salvador (BA). Era advogado muito atuante e culto. Para mim, foi uma escola ter tido oportunidade de ter convivido com duas pessoas com notório saber jurídico, reputação ilibada. Trabalhava na área cível, família, sucessões, locação. Cível sempre foi a minha especialidade. Em 1990, montei o meu escritório. Achei que já era o momento.

**FÓRUM: Como sr. chegou ao Tribunal de Justiça?**

**MELLO TAVARES:** Em março de 1996, abriu uma vaga destinada ao Quinto Constitucional no Tribunal de Alçada Cível. Inscrevi-me na OAB e fui um dos seis selecionados. O Tribunal de Justiça reduziu a lista para tríplice, e o governador (Marcello Alencar) me escolheu. Tomei posse na 1ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada Cível em 1996. Com a unificação do Tribunal de Alçada

Cível e do TJ, os juízes foram promovidos ao cargo de desembargador. Tomei posse em 2 de março de 1998. Cheguei ao Tribunal com 37 anos. Hoje, sou o terceiro desembargador em antiguidade.

**FÓRUM: Em que momento o sr. decidiu pela magistratura?**

**MELLO TAVARES:** Em 1990, fui convidado a ser assessor jurídico de um juiz do Tribunal Regional do Trabalho. O assessor prepara o relatório, a minuta para o desembargador. Despertou em mim uma vocação. Comecei a gostar de decidir e achei que poderia contribuir com as pessoas. Resolvi fazer cursos preparatórios para concursos. Foi quando surgiu a vaga do tribunal.

**FÓRUM: Na posse na Corregedoria, o sr. falou sobre gestão participativa e tem feito um périplo pelo Estado. O contato direto com juízes ajuda a estabelecer uma linha de direção para as ações?**

**MELLO TAVARES:** Foi muito importante advogar, porque às vezes o estudante sai da faculdade e vai fazer concurso, sem advogar. Conheci o lado do advogado. E os advogados comentam comigo sobre a morosidade, alguns entraves. O corregedor deve, acima de tudo, orientar. É o parceiro do magistrado. Não ter aquela visão punitiva, de querer só cobrar. Resolvi ir ao encontro dos juízes e mostrar meu perfil, me aproximar mais. Para

dizer a eles que estou aqui para uma orientação, para o que eles necessitam, que podem contar comigo. Ao mesmo tempo, orientá-los na questão da gestão. Há juízes que entram no gabinete e se isolam. Julgam o processo, mas não vão ao cartório verificar como está funcionando. Esse diálogo com os juízes foi fundamental: procurei transmitir conhecimento. Disse que cobrassem do responsável pelo cartório, acompanhassem esse trabalho, não apenas delegassem. Há um chefe de serventia, que gerencia o cartório, e vários serventuários. Se o chefe tem liderança, dá exemplo, os serventuários seguirão uma metodologia de trabalho. Mas se não tem liderança, o cartório fica abandonado. Se o juiz adentra no cartório e cobra esse trabalho do chefe da serventia, eleva a autoestima do serventuário.

**FÓRUM: Como a Corregedoria se relaciona com os advogados?**

**MELLO TAVARES:** Muitas vezes, você outorga uma procuração e o advogado deixa lá como está. Tem o advogado que só acompanha o processo, e tem o advogado que persegue o processo, vai atrás do processo: é o advogado diligente. A OAB me convidou a acompanhar um calendário de reuniões. Eu vou às zonais e me reúno com os advogados, os juízes-auxiliares anotam as reclamações. Depois nos reunimos com os juízes da região. Aproveito e faço as duas coisas, ouço advogados e juízes. Em cada lugar, ouço advogados de manhã e à tarde, os juízes. Já visitamos dezenas de juízes e de advogados em Angra dos Reis, Cordeiro, Nova Iguaçu, Barra Mansa, Macaé, São Fidélis.

**FÓRUM: Qual é a atuação da Corregedoria no sistema penal?**

**MELLO TAVARES:** Resolvemos fazer um trabalho para conhecer o sistema penitenciário. Marquei audiência com o coronel Erir (Ribeiro da Costa Filho, secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio). Assim que tomei posse, me reuni com o secretário

“ A Corregedoria é um desafio. Graças a Deus, sinto-me vocacionado. ”



Para corregedor, o juiz também é gestor

de Segurança, Roberto Sá, e o defensor-público geral, André Luís de Castro. Por que isso foi importante? Em Campos dos Goytacazes (cidade no Norte Fluminense), por exemplo, audiências não estavam ocorrendo no Tribunal do Júri por falta de juiz, de promotor e defensor. Através da parceria, conseguimos um promotor com o Ministério Público, um defensor e, junto à presidência do Tribunal de Justiça, fizemos um mutirão. Conseguimos realizar todas as audiências.

**FÓRUM: Há muitas críticas sobre a demora na conclusão dos processos.**

**MELLO TAVARES:** Quando entrei na Corregedoria fiz uma mapeamento de como estavam os processos. A Constituição diz que a decisão deve se prolatada em tempo razoável. Como se explica haver algumas varas cíveis com a média de 4.500 processos e outras com 8 mil? A gente tem que raciocinar da seguinte forma: existem dois critérios. Pode ser

que o juiz tenha chegado à vara e herdado um acervo. Ou entrou e por uma questão de gestão... Oriente os juízes a fazer uma sentença sucinta. Se os processos estão em dia, você pode citar uma doutrina, jurisprudência, fazer uma sentença tecnicamente mais bem elaborada. Mas a parte quer uma solução quando bate à porta do Judiciário! Muitas vezes, o processo fica demasiadamente em trâmite, sem solução. Quis chamar esses poucos juízes, a minoria, e dizer: 'O que está acontecendo, como posso te ajudar?'

**FÓRUM: A crise financeira prejudica muito?**

**MELLO TAVARES:** Este ano sofremos um corte de 15%, em toda a administração. Havia grupo de serventuários que prestavam horas-extras e eram remunerados. Isso foi cortado porque não tinha dinheiro.

**FÓRUM: Quais são as principais demandas dos advogados?**

**MELLO TAVARES:** A morosidade para chegar ao juiz, morosidade na conclusão, morosidade na juntada de documentos (cartorária) e morosidade de expedição (de mandatos de pagamento, intimação, por exemplo).

**FÓRUM: E as queixas dos juízes?**

**MELLO TAVARES:** Ausência de serventuários. Tivemos processo de aposentadoria incentivada. A Corregedoria é um desafio. Graças a Deus, sinto-me vocacionado para essa parte administrativa. Gosto de me comunicar, a comunicação é fundamental. É importante motivar, aumentar a autoestima dos serventuários que são trabalhadores, dedicados. Fiz isso recentemente. Um exemplo que é pura realidade. Fiz alguns cortes, mas sobrou um cargo. Falei: 'vou dar para um serventuário que eu via que estava sempre trabalhando, a qualquer hora que eu passava, com produtividade'. Fui conversar com ele. Falei que havia um cargo bom. 'Vou dar ao senhor de presente.' Na verdade não era presente, mas uma recompensa pelo trabalho e a dedicação dele. O homem começou a chorar. Falou assim: 'Desculpe eu estar chorando, mas o senhor não imagina o quanto isso está me fazendo bem, no momento em que estou mais precisando'. Ele ficou tão grato... Essas coisas que motivam. O Divino Espírito Santo me iluminou ao identificar este cidadão.

**FÓRUM: Juiz tem que ser gestor?**

**MELLO TAVARES:** Tem. Quando tomei posse, fui a todos os andares, cumprimentar um por um, me apresentar, estimular, dizer que estamos todos juntos, que somos servidores do público, temos que trabalhar para a sociedade, não podemos medir esforços. Com crise ou sem crise, somos privilegiados, temos um cargo. No fim do mês, mal ou bem, você recebe seu salário. A questão principal é a da morosidade. Justiça lenta não é Justiça. Não posso aceitar um que processo fique dez anos na primeira instância.

**FÓRUM: O Rio tem sido o Estado com o melhor desempenho entre os**

**Tribunais de Justiça do país. Por que os juizes do Rio são tão produtivos?**

**MELLO TAVARES:** De janeiro a junho deste ano ingressaram 705.404 processos na primeira instância. Foram julgados, arquivados porque tinham resíduos, 946.431 processos. É como se o Tribunal de Justiça tivesse resolvido todas as questões que chegaram e mais 241.027. Neste primeiro semestre, só nas varas cíveis da capital, todas reduziram acervo. Se somar todas elas, foram reduzidos 25 mil processos em seis meses, de 1º de fevereiro a 31 de julho.

**FÓRUM: O sr. tem algum lema que norteie o seu trabalho?**

**MELLO TAVARES:** Nós todos estamos de passagem. Quero plantar uma semente que dê frutos. Acho que o importante é cumprirmos nossa missão.

**FÓRUM: A grave questão dos menores infratores tem solução?**

**MELLO TAVARES:** Quando visitei o Centro de Socioeducação Dom Bosco, de menores infratores, adentrei a cela. A maioria estava lá por associação ao tráfico. Há uma lei que obriga empresas de médio a grande porte a contratar de 5% a 15% de menores de 14 a 21 anos, podendo chegar aos 24, para trabalhar. Precisam estar matriculados em escolas, têm carteira assinada, recebem R\$ 500 por mês

e prestam serviço por seis horas diárias.

Eu me reuni com o grupo formado pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado, Defensoria Pública, Associação dos Magistrados Trabalhistas e Corregedoria. Montamos aqui uma central de aprendizagem. Fizemos com que esses menores, quando cumprissem suas medidas sócio-educativas, fossem cadastrados na Corregedoria, com informações de juizes da varas da Infância e Juventude. Providenciamos, junto a outros órgãos, carteiras de trabalho, CPF. Temos 529 inscritos, 111 aptos, com a documentação em dia. Esses empresários, que não tinham onde procurar, podem vir à Corregedoria e, através desta central, contratar. O próximo passo é agendar uma reunião com empresários.

A infância dessas crianças é roubada. Se não criarmos essa oportunidade... Ele sai de lá com uma pecha, a de egresso do sistema. Foi muito importante conhecer esse problema de perto. Eles me perguntaram. 'Mas o senhor vai ajudar a gente?' 'Claro que vou.' A gente precisa dar uma oportunidade.

**FÓRUM: O sr. é religioso? Acha que sua formação religiosa ajuda nesse olhar social?**

**MELLO TAVARES:** Sou católico apostólico romano praticante. Vou à missa todos os domingos, tenho fé. O poder só tem sentido se você ajudar as pessoas. Na

Corregedoria não tem só trabalho judiciário, temos trabalho social.

**FÓRUM: Qual é sua opinião sobre a possibilidade de volta ao Rio dos criminosos que estão nos presídios federais, em outros Estados?**

**MELLO TAVARES:** No momento que a gente está vivendo, esses criminosos têm de continuar onde estão. Mesmo eles não estando aqui, o Estado enfrenta esse índice de violência, essa crise de insegurança.

**FÓRUM: É positivo para a Justiça esse protagonismo no atual momento brasileiro? Há represálias à Justiça pela ação contra a corrupção?**

**MELLO TAVARES:** O Judiciário está desenvolvendo o papel dele. Não busca o protagonismo. Estamos exercendo a nossa função, que é exatamente essa. Os poderes são harmônicos, porém independentes. Os que estão no Congresso Nacional são representantes do povo. Se a própria opinião pública está aplaudindo, acredito que, entre aspas, esses que pretendem fazer alguma retaliação, devem sofrer as consequências.

**FÓRUM: Como é o sr. fora do Judiciário?**

**MELLO TAVARES:** Sou tricolor de coração. Vou ao Maracanã, aos estádios, levo dois filhos pequenos, de 12 (Mateus) e 9 anos (Bernardo). Sou carioca, moro em Copacabana.

**FÓRUM: Fale sobre o livro que acaba de lançar.**

**MELLO TAVARES:** Surgiu na tese de trabalho monográfico na faculdade. Foi o primeiro livro sobre o concubinato na época. Apresento desde o início da história do concubinato até os dias atuais. Todas as legislações que vieram, depois a Constituição, inclusive a decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

**FÓRUM: A Justiça do Rio é progressista neste aspecto?**

**MELLO TAVARES:** Acho que sim, acho que é bem progressista. ■

“ O poder só tem sentido se você ajudar as pessoas. ”

# CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

**TURISMO**

## Viaje na vinícola sensação do Douro

Quinta do Portal oferece passeios, hospedagem e restaurante de primeira

**CULTURA**

p.34

Procuradoria guarda no Rio o Acervo Raymundo Faoro

**TURISMO**

p.36

Vinhos em Portugal são Patrimônio da Humanidade

**ESPORTE**

p.37

AMAERJ é a campeã do Brasileiro da AMB

**ESTANTE**

p.38

Veja os novos livros que não podem faltar em sua biblioteca





O bibliotecário Thiago Cirne e a procuradora Nathalie Giordano são os guardiões

# Acervo do jurista RAYMUNDO FAORO

Coleção é a joia da Procuradoria Geral do Estado do Rio

por **SERGIO TORRES**



**O**s 9.200 itens da Coleção Raymundo Faoro estão acessíveis ao público na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. O acervo deixado pelo jurista, cientista social, escritor e historiador é precioso. Reúne obras dos séculos 19, 20 e 21, primeiras edições de clássicos da literatura e vasta quantidade de anotações e comentários acerca de muito do que lia.

A coleção foi adquirida pela PGE à família Faoro em 2013. Membro da Academia Brasileira de Letras, ele morrera dez anos antes. O acervo foi catalogado pelos bibliotecários do Centro de Estudos

Jurídicos (Cejur) da Procuradoria.

A procuradora-assistente do Cejur, Nathalie Giordano, diz que a PGE quer receber mais visitantes na Biblioteca Marcus Juruena Villela Souto, de 65 mil volumes, a que o acervo Faoro está integrado. Hoje, são de 60 a 70 as frequências diárias de estudantes, pesquisadores e advogados. “A Coleção Faoro era um segredo guardado na PGE, uma joia. Queremos muito que as pessoas a conheçam. A Procuradoria vela por esse acervo”, afirma ela.

A coleção está na sede da Procuradoria, com ambiente para consulta e leitura.

“É uma biblioteca especial, de muito valor. Faoro escreveu ‘Os Donos do Poder’ (sua obra clássica, de 1958) ao longo de mais de dez anos. Usou, como referência, obras que estão nesta biblioteca”, conta Nathalie.

Faoro foi procurador do Estado do Rio. Ingressou em 1963, aprovado no primeiro concurso da PGE. O acervo que juntou em quase sete décadas aborda temas como filosofia, história, ciência política, literatura, geografia, economia, administração, antropologia, Direito, ecologia e artes em geral.

Para o bibliotecário Thiago Cirne, o material é exemplar das preferências do

jurista. “A coleção reflete bem o gosto do Faoro leitor.” Ler era uma atividade a que Faoro se dedicava com afinco e afeição. Milhares dos livros e periódicos ainda conservam vestígios de sua leitura e manuseio, como marcadores adesivos em páginas que o interessavam. “A grande quantidade de marcações indica que Faoro dissecava o livro”, observa o bibliotecário.

Catálogo com todos os itens da Coleção Faoro está à disposição para consultas ao acervo. Para acessá-lo, a pessoa deve ir ao primeiro andar da Procuradoria, à Rua do Carmo, 27, Centro. A biblioteca e o acervo Faoro podem ser visitados das 10h às 17h, em dias úteis. Não é preciso agendar. As dúvidas podem ser tiradas pelo e-mail [biblio@pge.rj.gov.br](mailto:biblio@pge.rj.gov.br) ou pelo telefone (21) 2332-7314.

O Cejur é o setor da PGE destinado ao estudo, à preservação da história e à manutenção dos acervos. “Somos voltados ao ensino, ao aprimoramento. Nossa política é a de preservação e também de formação da biblioteca, atraindo aquisições importantes”, diz Nathalie.

Nascido em Vacaria (RS) em 27 de abril de 1925, Raymundo Faoro notabilizou-se não só como jurista. Atuou, também com muito êxito, como sociólogo, historiador, cientista político, jornalista e autor de destaques da literatura nacional, como “Os Donos do Poder”. No livro, ele analisa a formação socio-política do Brasil, com foco na questão do patrimonialismo, que indica como característica da sociedade brasileira.

No regime militar, Faoro presidiu a OAB. Foi ainda membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), eleito em 2000, na vaga do também advogado (e jornalista) Barbosa Lima Sobrinho.

A família Faoro se origina de Arsiè, região na fronteira da Itália com a Áustria. Raymundo era filho dos lavradores Attilio Faoro e Luisa D’Ambros, que imigraram para a Região Sul.

Formando em Direito em 1948 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faoro veio três anos depois para o Rio, onde trabalhou como advogado. Em 1963, aprovado em concurso

público, tornou-se procurador do Estado, função na qual se aposentaria.

O envolvimento com o jornalismo remonta ao período universitário. Foi cofundador da Revista Quixote, em 1947, tendo escrito textos para jornais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

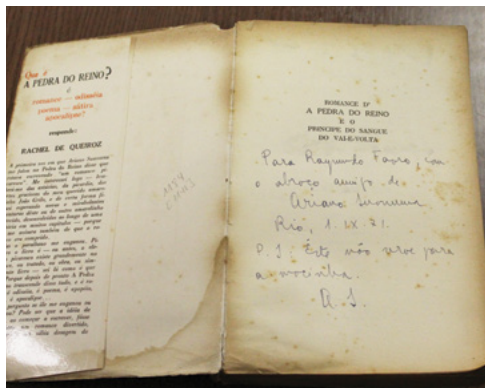
Na presidência da OAB, de 1977 a 1979, defendeu o fim dos Atos Institucionais e teve participação efetiva na consolidação do processo de abertura democrática a partir da segunda metade dos anos 70.

Historiadores daquele momento complicado da política brasileira apontam que,

sob o comando de Faoro, a OAB foi a frente de resistência da sociedade civil contra a ditadura. Entre as campanhas que o então presidente da OAB engajou-se estava a da anistia aos presos e exilados políticos.

Em “Os Donos do Brasil”, Faoro mostra que a estrutura patrimonialista baseada em corrupção e burocracia, ainda hoje marca da sociedade brasileira, data do período colonial, trazida pela elite portuguesa estabelecida no País.

Aos 78 anos, Faoro morreu no Rio em 15 de maio de 2003, vitimado por um enfisema pulmonar. ■



## Raridades da coleção

“Reformas Eleitorais”, conjunto de “Projectos” editado no Brasil em 1875

Obras autografadas por amigos do jurista, como o escritor e dramaturgo **ARIANO SUASSUNA** (1927-1914), o jornalista Otto Lara Resende (1922-1992) e o jurista e político Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990)

Primeiro número da “Revista de Direito da Procuradoria Geral”, com a capa original, lançado em 1955

Exemplares da primeira e última edições de “**OS DONOS DO PODER**”, principal livro de Faoro

Anotações do jurista em obras como a “Antologia de Barbosa Lima Sobrinho” e “**THE STATE OF THE NATION**”, de Ernest Gellner

# QUINTA DO PORTAL, PARAÍSO DO ENOTURISMO EM PORTUGAL

VINÍCOLA É DESTAQUE NO ALTO DOURO, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

por **SERGIO TORRES**



O enoturismo se expande nos países de tradição vinícola. O aficionado por vinhos, lazer, conforto e comida de excelência encontra na França, Espanha e Itália, para citar alguns dos principais países produtores da Europa, opções variadas de hospedagens e visitas. Mas é em Portugal que funciona aquela que tem sido um dos destaques do turismo vinculado à produção, colheita, fabricação, degustação e comércio de vinhos nobres.

A Quinta do Portal está instalada em Celeirós, no Conselho de Sabrosa - a 12 km da Vila de Pinhão, o coração do Alto Douro Vinhateiro, a Região Demarcada do Douro, Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

Empresa portuguesa e familiar, a Quinta do Portal produz vinhos DOC Douro, vinhos do Porto especiais e Moscatel. A família Mansilha Branco é produtora secular de vinhos no Douro. A primeira referência conhecida sobre ela remonta a 1477.

Os Mansilha Branco sempre estiveram vinculados aos principais episódios da viticultura portuguesa. Como a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), origem da primeira Região Demarcada do mundo e que teve por artífice o frei João de Mansilha.

A do Portal é uma das cinco quintas da família. As demais são a dos Muros, do Confradeiro, da Abelheira e das Manuelas, que somam cem hectares de vinhas no Vale do Rio Pinhão. Duas unidades de turismo rural, um armazém de envelhecimento de vinhos e um restaurante de primeiro nível compõem o “acervo” turístico da Quinta do Portal.

A quinta produz ainda espumantes nas variedades brancas, tintas e rose. Sua nova linha inspira-se em “Os Lusíadas”, épico português do mestre Luís de Camões. Nos rótulos, títulos alusivos à célebre narrativa

camoniana, como “Dos Velhos do Restelo ao Adamastor” e “Do Cabo da Boa Esperança à Ilha dos Amores”.

Em 2012, a Quinta do Portal obteve o prêmio Best of Winetourism para o armazém de envelhecimento, projeto do arquiteto Álvaro Siza Vieira. A Casa das Pipas e a Casa do Lagar são as opções de alojamento da quinta, com 16 quartos no total.

A Quinta do Portal é equipada com uma biblioteca vínica, jogos de tabuleiro, piscina, esplanada exterior e ginásio. Da sala de estar panorâmica, no primeiro andar, avistam-se vinhas e jardins verdejantes repletos de roseiras.

O restaurante é composto por wine bar, sala de refeições para 100 pessoas, sala privada para até 15 clientes, alpendre e espaço exterior ornamentado com vinhas e oliveiras. ■

Reservas

**TM TRAVEL**

**Telefone:** (21) 2532-5270

**E-mail:** tania@tmtravelturismo.com.br



1



2



3

1. Tranquilidade e conforto  
2. Panorâmica dos vinhedos 3. Vinhos raros e petiscos deliciosos



Magistrados fluminenses tiveram 100% de aproveitamento ao longo da disputa, marcando 11 gols e sofrendo apenas um em cinco partidas

# CAMPEÕES

## AMAERJ CONQUISTA TÍTULO DO CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DA AMB



por **PEDRO MARQUES**

**L**íderes de produtividade pelo oitavo ano seguido, segundo o relatório “Justiça em Números”, os magistrados do Rio de Janeiro são referência no Judiciário brasileiro e

também chamam a atenção da magistratura nacional pela qualidade demonstrada dentro das quatro linhas.

Representando pela Seleção da AMAERJ, o Rio se sagrou, em agosto, campeão do XXV Campeonato Nacional de Futebol da AMB – Categoria Livre. O torneio foi promovido em parceria entre a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), de 2 a 6 de agosto, em Foz de Iguaçu, no Paraná.

O título foi conquistado pelos juízes fluminenses ao bater a Associação dos Magistrados Catarinenses por 2 x 0 na grande final.

Na primeira fase, a AMAERJ derrotou a AMEPA (Pará) e a

AMAPAR (Paraná), por 2 a 0 e 3 a 1, respectivamente. Nas quartas de final, o Rio de Janeiro passou pela AMAMSUL (Mato Grosso do Sul) por 2 a 0, e na semifinal, também por 2 a 0, bateu a AJURIS (Rio Grande do Sul).

Além do título, o Rio de Janeiro teve o melhor jogador da competição, Flávio de Almeida Souza Batista, também artilheiro,

Eron Simas dos Santos (quatro gols), e o goleiro menos vazado, Diego Fernandes Silva Santos (um gol sofrido).

Em 2016, na cidade de São Luís (MA), a AMAERJ também conquistara o título do Campeonato Nacional de Futebol Máster (acima de 40 anos), ao derrotar, nos pênaltis, os donos da casa AMMA (Maranhão). ■


ALÉM DO TÍTULO,  
O RIO TEVE O  
MELHOR JOGADOR  
DO CAMPEONATO,  
O ARTILHEIRO E O  
GOLEIRO MENOS  
VAZADO

# O QUE NÃO PODE FALTAR EM SUA BIBLIOTECA



**DA UNIÃO LIVRE À UNIÃO ESTÁVEL – Aspectos do Concubinato**

CINCO LIVROS RECENTES QUE TRATAM DE TEMAS RELEVANTES E CONTEMPORÂNEOS LIGADOS AO DIREITO



### 6ª EDIÇÃO DE CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

O livro apresenta uma introdução abrangente à teoria da Constituição e ao Direito Constitucional. De maneira didática, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Luís Roberto Barroso** expõe principalmente as transformações na área ao longo dos anos e o modo como se pensa e se pratica o Direito atualmente. Para isso, Barroso lança sobre esses fatos uma reflexão crítica construtiva. **Editora:** Saraiva



A obra “Da União Livre à União Estável – Aspectos do Concubinato” traça um paralelo entre as mudanças culturais da sociedade e do Direito de Família. O livro, escrito pelo corregedor-geral da Justiça do Rio, **Claudio de Mello Tavares**, aborda aspectos sociais da vida das pessoas. **Editora:** GZ Editora

## INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS



Escrita pelo desembargador federal **Aluisio Gonçalves de Castro Mendes**, a obra traz todos os detalhes relevantes sobre o tema como, Natureza jurídica, objeto, cabimento, legitimidade, competência, intervenientes, o papel do juiz, das partes, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O autor examina ainda o procedimento desde a fase de admissibilidade, divulgação, publicidade e a suspensão dos processos, até as fases de instrução e julgamento com a fixação da tese jurídica, o seu âmbito de abrangência e os recursos cabíveis. **Editora:** Forense



### DIREITO INTERTEMPO-RALE E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O juiz **Gustavo Quintanilha** é um dos autores da publicação, que traz toda a principiologia do novo CPC, distribuída em 15 artigos,

tratando das normas fundamentais e da sua aplicação. Elas visam assegurar um processo moderno, fortemente instrumental, rápido, isonômico, desenvolvido sob a égide da boa-fé, efetivo e justo. **Editora:** GZ Editora



### ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO - A Reforma da Legislação Brasileira

De coautoria do ministro **Luis Felipe Salomão**, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o livro mostra a visão dos juristas que integraram a Comissão do Senado criada para rever a Lei de Arbitragem (Lei 9.607/1996) e criar o marco regulatório sobre a mediação extrajudicial no Brasil. A obra apresenta métodos alternativos de resolução de disputa, especialmente a arbitragem doméstica e a mediação extrajudicial. **Editora:** Atlas